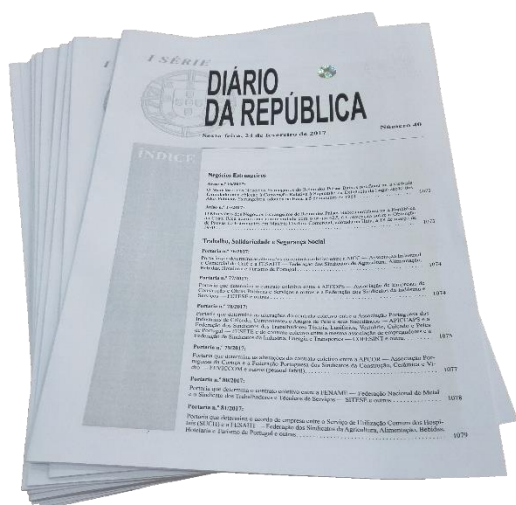


Digesto

NEWSLETTER N.º 12/2019

Período abrangido: 3 a 14 de junho de 2019



ADMINISTRAÇÃO INTERNA

[Portaria n.º 180/2019, de 11 de junho](#)

Procede à segunda alteração ao [Decreto-Lei n.º 30/2017](#), de 22 de março, considerando que a necessidade de flexibilizar a gestão de alguns artigos de fardamento se mantém, não obstante o período de tempo decorrido após a aprovação do RUGNR.

AGRICULTURA

[Portaria n.º 182/2019, de 11 de junho](#)

Regula o regime excecional aplicável à apresentação dos pedidos de pagamento relativos a despesas pagas, em numerário, pelos beneficiários aos seus fornecedores no âmbito do PDR2020.

[Despacho n.º 5608/2019, de 12 de junho](#)

Aprova o Plano de ação para a prevenção da peste suína africana 2019-2021.

AMBIENTE

[Portaria n.º 183/2019, de 12 de junho](#)

Primeira alteração da [Portaria n.º 141/2019](#), de 14 de maio, que procede à identificação das águas balneares costeiras e de transição e das águas balneares interiores, fixando as respetivas épocas balneares, e à qualificação, como praias de banhos, das praias marítimas e das praias de águas fluviais e lacustres, em território nacional.

CULTURA

[Decreto-Lei n.º 78/2019, de 5 de junho](#)

Aprova o regime jurídico de autonomia de gestão dos museus, monumentos e palácios.

DESPORTO

[Lei n.º 38/2019, de 4 de junho](#)

Estabelece o regime fiscal aplicável às competições UEFA Nations League Finals 2019 e UEFA Super Cup Final 2020.

EDUCAÇÃO E ENSINO SUPERIOR

[Decreto-Lei n.º 77/2019, de 4 de junho](#)

Reconhece o interesse público do Instituto Politécnico da Lusofonia.

[Portaria n.º 181/2019, de 11 de junho](#)

Define os termos e as condições em que as escolas, no âmbito da autonomia e flexibilidade curricular, podem implementar uma gestão superior a 25 % das matrizes curriculares-base das ofertas educativas e formativas dos ensinos básico e secundário.

ENERGIA

[Decreto-Lei n.º 76/2019, de 3 de junho](#)

Altera o regime jurídico aplicável ao exercício das atividades de produção, transporte, distribuição e comercialização de eletricidade e à organização dos mercados de eletricidade.

FINANÇAS

[Despacho n.º 5482/2019, de 6 de junho](#)

Determina que a Inspeção-Geral de Finanças, autoridade de auditoria do Portugal 2020, é o organismo de auditoria independente responsável pela elaboração do parecer que acompanha o relatório sobre a execução da contribuição financeira do Fundo de Solidariedade da União Europeia, relativo aos incêndios ocorridos em Portugal continental entre junho e outubro de 2017.

HABITAÇÃO

[Portaria n.º 175/2019, de 6 de junho](#)

Regulamenta as disposições do [Decreto-Lei n.º 68/2019](#), de 22 de maio, relativas ao registo de candidatura ao Programa de Arrendamento Acessível.

Portaria n.º 176/2019, de 6 de junho

Regulamenta as disposições do [Decreto-Lei n.º 68/2019](#), de 22 de maio, relativas aos limites de renda aplicáveis no âmbito do Programa de Arrendamento Acessível.

Portaria n.º 177/2019, de 6 de junho

Regulamenta as disposições do [Decreto-Lei n.º 68/2019](#), de 22 de maio, relativas à inscrição de alojamentos no Programa de Arrendamento Acessível.

Portaria n.º 179/2019, de 7 de junho

Estabelece os requisitos imperativos das várias garantias aplicáveis às garantias de seguro de arrendamento acessível.

IGUALDADE

Portaria n.º 174/2019, de 6 de junho

Regulamenta os termos da repreensão registada prevista na [Lei n.º 62/2017](#), de 1 de agosto.

JUSTIÇA

Despacho n.º 5541/2019, de 7 de junho

Autoriza a criação de um centro de arbitragem institucionalizada pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, denominado CARL - Centro de Arbitragem e de Resolução de Litígios.

MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Portaria n.º 172/2019, de 3 de junho

Estabelece o Sistema de Incentivos à Eficiência da Despesa Pública (SIEF).

NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Aviso n.º 33/2019, de 7 de junho

Entrada em vigor do Acordo que institui a Fundação Internacional UE-ALC, assinado em 26 de outubro de 2016 em Santo Domingo, República Dominicana.

Aviso n.º 34/2019, de 11 de junho

O Ministério dos Negócios Estrangeiros do Reino dos Países Baixos notificou ter a República das Filipinas aderido à Convenção Relativa à Supressão da Exigência da Legalização dos Atos Públicos Estrangeiros, adotada na Haia, a 5 de outubro de 1961.

Aviso n.º 35/2019, de 11 de junho

O Ministério dos Negócios Estrangeiros do Reino dos Países Baixos notificou ter a República da Áustria formulado uma declaração em conformidade com o artigo 45.º, relativamente à Convenção sobre os Aspectos Cíveis do Rapto Internacional de Crianças, adotada na Haia, a 25 de outubro de 1980.

Aviso n.º 36/2019, de 11 de junho

O Ministério dos Negócios Estrangeiros do Reino dos Países Baixos notificou ter a República Federal da Alemanha formulado uma declaração relativamente à Convenção Relativa à Supressão da Exigência da Legalização dos Atos Públicos Estrangeiros, adotada na Haia, a 5 de outubro de 1961.

Aviso n.º 37/2019, de 11 de junho

O Ministério dos Negócios Estrangeiros do Reino dos Países Baixos notificou ter a República do Paraguai aderido, em conformidade com o artigo 63.º, à Convenção Relativa à Competência, à Lei Aplicável, ao Reconhecimento, à Execução e à Cooperação em Matéria de Responsabilidade Parental e de Medidas de Proteção das Crianças, adotada na Haia, em 19 de outubro de 1996.

Aviso n.º 38/2019, de 11 de junho

O Ministério dos Negócios Estrangeiros do Reino dos Países Baixos notificou ter a República da Letónia formulado uma declaração relativamente à Convenção sobre a Obtenção de Provas no Estrangeiro em Matéria Civil ou Comercial, adotada na Haia, a 18 de março de 1970.

PODER LOCAL

Resolução do Conselho de Ministros n.º 89/2019, de 4 de junho

Estabelece o funcionamento e organização da Comissão de Acompanhamento da Descentralização.

REGIÕES AUTÓNOMAS

AÇORES

Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 9/2019/A, de 4 de junho

Recomenda o estabelecimento de medidas com vista à redução do uso de embalagens e produtos em plástico na Região Autónoma dos Açores.

Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 10/2019/A, de 6 de junho

Recomenda o estabelecimento de medidas para a redução da produção de resíduos de embalagens e a utilização eficiente da água nos serviços da Administração Pública Regional e na Assembleia Legislativa.

Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 11/2019/A, de 6 de junho

Pronúncia por iniciativa própria da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores - cumprimento da decisão judicial no reconhecimento do vínculo laboral dos trabalhadores da RTP/Açores.

Decreto Legislativo Regional n.º 13/2019/A, de 7 de junho

Adaptação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas à administração regional da Região Autónoma dos Açores, e quarta alteração ao [Decreto Legislativo Regional n.º 17/2009/A](#), de 14 de outubro, que procede à harmonização, na Administração Pública da Região Autónoma dos Açores, dos regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas, sucessivamente alterado pelos Decretos Legislativos Regionais n.ºs [33/2010/A](#), de 18 de novembro, [2/2014/A](#), de 29 de janeiro, e [3/2017/A](#), de 13 de abril.

Decreto Legislativo Regional n.º 14/2019/A, de 12 de junho

Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 5/2010/A, de 23 de fevereiro, que estabelece o sistema de incentivos à produção de energia a partir de fontes renováveis da Região Autónoma dos Açores – PROENERGIA.

MADEIRA

[Decreto Legislativo Regional n.º 3/2019/M, de 7 de junho](#)

Define o regime jurídico de apoio ao voluntariado na Região Autónoma da Madeira.

SEGURANÇA

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 92/2019, de 5 de junho](#)

Aprova a Estratégia Nacional de Segurança do Ciberespaço 2019-2023.

SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL

[Portaria n.º 178/2019, de 7 de junho](#)

Procede à alteração da [Portaria n.º 254/2017](#), de 11 de agosto, retificada pela [Declaração de Retificação n.º 35/2017](#), de 11 de outubro, e da [Portaria n.º 347-A/2017](#), de 13 de novembro.

[Decreto-Lei n.º 79/2019, de 14 de junho](#)

Altera os regimes jurídicos de proteção nas eventualidades de invalidez, velhice e morte do regime geral de segurança social, alargando as situações em que é possível a atribuição de pensões provisórias.

TRABALHO

[Portaria n.º 173/2019, de 5 de junho](#)

Procede à definição dos termos em que se concretiza a atribuição dos prémios de desempenho previstos no n.º 2 do artigo 5.º do [Decreto-Lei n.º 56/2019](#), de 26 de abril.

**Avalie a nossa Newsletter e dê-nos a sua sugestão
através do e-mail:**

digesto@jurisapp.gov.pt

 **Digesto**